DocuSign Envelope ID: B325FB01-01E6-4108-8D72-289B82576E51

DIREÇÃO S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DIREÇÃO S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 58.158.387/0001-99

Demonstrações Financeiras - Período Findo em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração/Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido devidamente acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos semestres e exercícios findos em 30/06/22 e 30/06/21. A diretoria permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Santos/SP, 31/07/2022.

Balanço Patrimonial	30/06/22	31/12/21
Ativo/Ativo Circulante	**45.670**	**43.585**
Caixas e Equivalentes de Caixa	**87**	**90**
Títulos e Valores Mobiliários	**40.839**	**38.990**
Carteira Própria	40.839	38.990
Operações de Crédito	**972**	**1.064**
Empréstimos	2.976	2.796
Outros Empréstimos	3.703	2.796
Rendas a Realizar Futuras	(727)	–
Financiamentos	394	393
(Provisão Créditos Líq. Duvidosa)	(2.398)	(2.125)
Outros Créditos	**740**	**409**
Diversos	740	409
Outros Valores e Bens	**3.032**	**3.032**
Bens Não Uso de Próprio	3.032	3.032
Ativo Não Circulante	**3.919**	**4.279**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**642**	**995**
Operações de Crédito	642	995
Empréstimos	6.921	7.261
Outros Empréstimos	8.583	9.537
Rendas a Realizar Futuras	(1.662)	(2.276)
Financiamentos	–	177
(Provisão Créditos Líq. Duvidosa)	(6.279)	(6.443)
Ativo Permanente	**3.277**	**3.284**
Investimentos	3.013	3.013
Outros Investimentos	3.013	3.013
Imobilizado de Uso	264	271
Outras Imobilizações de Uso	120	125
Imóveis de Uso	20	20
Intangível	230	230
(Depreciações Acumuladas)	(106)	(104)
Total do Ativo	**49.589**	**47.864**

Balanço Patrimonial	30/06/22	31/12/21
Passivo/Passivo Circulante	**963**	**658**
Outras Obrigações	963	658
Cobrança e Arrec. Tributos e Assemelhados	1	1
Fiscais e Previdenciárias	653	386
Provisões para Pagamentos a Efetuar	115	77
Provisão para Contingências	193	193
Credores diversos do País	1	1
Passivo Não Circulante	–	–
Passivo Exigível a Longo Prazo	–	–
Patrimônio Líquido	**48.626**	**47.206**
Capital:		
Ações Ordinárias - País	40.000	40.000
Reservas de Lucros	11.372	16.395
Ações em Tesouraria	(4.166)	(4.166)
Lucros ou Prejuízos Acumulados do Exercício	1.420	(5.023)
Total do Passivo	**49.589**	**47.864**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

1º Semestre de 2022	Capital Social Integralizado	Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros: Reservas Legais	Reservas de Lucros: Outras	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos Iniciais	40.000	(4.166)	1.853	14.542	(5.023)	47.206	–
Prejuízo Líquido do Período	–	–	–	–	1.420	1.420	1.420
Constituição de Reservas	–	–	–	(5.023)	5.023	–	–
Saldos Finais	**40.000**	**(4.166)**	**1.853**	**9.519**	**1.420**	**48.626**	**1.420**
Mutações no Período	–	–	–	**(5.023)**	**5.023**	**1.420**	–

Demonstração do Resultado	30/06/22	30/06/21
Receitas da Intermediação Financeira	**2.805**	**1.139**
Operações de Crédito	624	621
Resultado de Operações com Títulos e Valores Imobiliários	2.181	518
Despesas da Intermediação Financeira	**(109)**	**(11.814)**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(109)	(11.814)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**2.696**	**(10.675)**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(840)**	**(863)**
Despesas de Pessoal	(469)	(694)
Outras Despesas Administrativas	(1.014)	(719)
Despesas Tributárias	(32)	(80)
Outras Receitas Operacionais	822	637
Outras Despesas Operacionais	(147)	(7)
Resultado Operacional	**1.856**	**(11.538)**
Resultado Não Operacional	141	124
Resultado antes da Trib. s/Lucro Líquido e Participações	**1.997**	**(11.414)**
IR e CS	(577)	(43)
Participação dos Administradores/Empregados no Lucro	–	–
Prejuízo do Semestre/Exercício	**1.420**	**(11.457)**
Prejuízo do Semestre por Ação (R$)	**0,035500**	**(0,286425)**

Demonstração do Resultado Abrangente	1º Semestre de 2022	
Resultado Líquido do Período	–	1.420
Parcela dos Sócios	1.420	–
(=) Resultado Abrangente Total	–	1.420
(=) Parcela Total dos Sócios	1.420	–

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Atividades Operacionais:	**30/06/22**	**30/06/21**
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	1.420	(11.457)
Depreciações e Amortizações	7	7
	1.427	**(11.450)**
(Aumento)/Reduções: (Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo)		
Ativo Circulante:		
- Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	(1.849)	402
- Operações de Crédito - Empréstimos	(180)	(800)
- Operações de Crédito - Financiamento	(1)	–
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	273	10.524
- Outros Créditos	(331)	146
- Outros Valores e Bens	–	685
Realizável a Longo Prazo		
- Operações de Crédito - Empréstimos	340	(754)
- Operações de Crédito - Financiamento	177	152
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Revertidas	(164)	1.290
(Aumento)/Reduções: (Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo)		
Passivo Circulante: Outras Obrigações	305	(172)
	305	**(172)**
Caixa Líquido Gerado/(Aplicado) nas Atividades Operacionais:	**(3)**	**23**
Atividades Investimentos: Caixa Líquido Gerado/(Aplicado) nas Atividades Investimentos:	–	–
Atividades Financiamentos: Caixa Líquido Gerado/(Aplicado) nas Atividades Financiamentos:	–	–
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(3)**	**23**
Modificações no Caixa e Equivalentes de Caixa:		
- Disponibilidades no Início do Período:	90	265
- Disponibilidades no Final do Período:	87	288
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(3)**	**23**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A DIREÇÃO S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, constituída e organizada sob a forma de sociedade de crédito, financiamento e investimento, está autorizada a operar com as carteiras de crédito, financiamento e investimentos, no regime prudencial simplificado - segmento 5 (S5), conforme Resolução CMN nº 4553/2017. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da DIREÇÃO S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais levam em consideração as disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional e não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata temporis, considerando-se o número de dias corridos para aquelas de natureza financeira, conforme Resolução CMN nº 4.924/2021. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Resolução CMN nº 4818/20 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8/11/2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e aqueles classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os títulos classificados como "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e o registro do ganho ou da perda, em função da avaliação a valor de mercado, é efetuado em conta destacada do patrimônio líquido denominado ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos líquidos dos efeitos tributários. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com a avaliação da administração quanto ao risco de crédito individualizado, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando as determinações constantes na Resolução CMN nº 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a classificação do nível de risco quando da concessão do crédito, bem como a realização de análise periódica da carteira de crédito e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (menor risco) e "H" (crédito 100% provisionado). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. f) Outros valores e bens - Bens não de uso próprio: É representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustado por provisão para perda no valor recuperável quando necessário. Em 15/09/2021 efetuamos o reconhecimento e a mensuração referente imóvel recebido em dação de pagamento do cliente fiduciante **Vifran Comercial e Construtora Ltda.,** conforme contrato CF23333R02, no montante de R$ 3.031.791,26, correspondente a parte ideal de 62,50% do imóvel matriculado no 1º CRI de Santos sob o nº 8.970, o qual encontra-se disponível para venda. g) Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo: São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia" e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. h) Ativo Investimentos: Em 15/09/2021 efetuamos o reconhecimento e a mensuração referente imóvel recebido em dação de pagamento do cliente fiduciante **Frans Comercial e Construtora Ltda.,** conforme contrato CF23329R02, no montante de R$ 3.012.778,94, correspondente a parte ideal de 62,50% do imóvel matriculado no 1º CRI de Santos sob o nº 43.576, o qual encontra-se alugado. i) Ativo Imobilizado e Depreciações: O ativo imobilizado da DIREÇÃO S.A. é inexpressivo correspondendo a apenas 0,5439% (0,5741% em dezembro/2021) do total do PL. As depreciações são calculadas pelo método linear, "pro rata temporis", de acordo com os percentuais que compreendam a real expectativa de vida útil econômica dos bens por sua utilização normal, sendo que periodicamente as taxas são revistas e se necessário alteradas. j) Ativo Intangível: No segundo semestre de 2021 efetuamos o reconhecimento e a mensuração referente ao nosso novo sistema operacional, no montante de R$ 230.159,35, o qual ainda encontra-se em desenvolvimento pela empresa **Função Informática Automação e Sistemas Ltda.** k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*): A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído ajuste para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não se configuram no ativo imobilizado da instituição nenhum item que requeira a prática do cálculo de redução ao valor recuperável de ativo *(impairment)*. l) Atualização monetária de obrigações: As obrigações, contratualmente sujeitas à variação de índices, são atualizadas até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. m) IR e CS: A provisão para IR é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 20 mensais (R$ 240 para o exercício). A CS apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, foi calculada pela alíquota de 15%. n) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciações do ativo imobilizado de uso, e provisões para contingências. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos resultantes no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. o) Riscos de contingências - Provisionamentos: Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes em linha ao processo de Harmonização às Normas Internacionais de Contabilidade, sendo este CPC, também convalidado pelo CFC-NBC T. 19.7 Resolução nº 1.180/09, e pelo CMN através da Resolução 3823/09, as provisões são reconhecidas no balanço patrimonial quando se constata uma obrigação presente real e legal ou implícito como resultado de eventos passados, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação. O reconhecimento das provisões é registrado tendo como base a mensuração das melhores estimativas e do risco envolvido. O saldo remanescente da rubrica **"Provisões para Contingências",** refere-se ao processo trabalhista nº 1001794-90.2017.5.02.0445, reclamado por **Vinissio Martins Clemente,** do qual foram efetuados depósitos em garantia nos exercícios: de 2018 R$ 67.451,72 e 2021 R$ 125.992,97; conforme cálculo da perícia judicial, sendo também reconhecido na rubrica **"Devedores por Depósito em Garantia"** do ativo circulante. **4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** Em 30/06/2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentam saldo zero. **5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:** A DIREÇÃO S.A. não adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente, todavia, os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para Negociação".

a) Títulos e valores mobiliários:

	30/06/22 Valor de mercado	30/06/22 Valor contábil	31/12/21 Valor de Mercado	31/12/21 Valor Contábil
Títulos e valores mobiliários:	**40.839**	**40.839**	**38.990**	**38.990**
Carteira própria:				
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Emitidos p/Instituição Financeira - Renda Fixa				
Certificados de Depósitos Bancários				
Cotas de Fundos de Investimento	40.839	40.839	38.990	38.990
Certificados de Privatização:				
Total	**40.839**	**40.839**	**38.990**	**38.990**

b) Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30/06/2022.

6. Operações de Crédito: Por tipo de operação

	30/06/22	31/12/21
Empréstimos	9.898	10.058
Financiamentos	394	570
Total	10.292	10.628
Provisão para Perdas com Empréstimos	(8.677)	(8.568)
Provisão para Perdas com Financiamentos	–	–
Total	(8.677)	(8.568)
Total do risco	**1.615**	**2.060**

Composição da Carteira por Nível de Risco e Tipo de Operações:

	31/12/21 - Tipo de Operações						Provisão p/Créd. de Líq. Duvidosa		Saldo Líquido
Nível de Risco	**Hot Money**	**Emprest.**	**Crédito Pessoal**	**CDC**	**Outros Finan.**	**Vlr. Presente Carteira**	**% por Nível de Risco**	**Valor da Provisão**	**da Carteira**
AA	–	1.262	–	–	570	1.832	–	–	**1.832**
A	–	–	85		–	85	0,5	–	**85**
B	–	–	33	–	–	33	1,0	–	**33**
C	–	81	25	–	–	106	3,0	3	**103**
D	–	–	8	–	–	8	10,0	1	**7**
E	–	–	–	–	–	–	30,0	–	–
F	–	–	–	–	–	–	50,0	–	–
G	–	–	–	–	–	–	70,0	–	–
H	–	8.564	–	–	–	8.564	100,0	8.564	–
Total	–	**9.907**	**151**	–	**570**	**10.628**		**8.568**	**2.060**

	30/06/22 - Tipo de Operações						Provisão p/Créd. de Líq. Duvidosa		Saldo Líquido
Nível de Risco	**Hot Money**	**Emprest.**	**Crédito Pessoal**	**CDC**	**Outros Finan.**	**Vlr. Presente Carteira**	**% por Nível de Risco**	**Valor da Provisão**	**da Carteira**
AA	–	1.075	–	–	394	1.469	–	–	**1.469**
A	–	–	100		–	100	0,5	–	**100**
B	–	–	26	–	–	26	1,0	–	**26**
C	–	4	17	–	–	21	3,0	1	**20**
D	–	–	–	–	–	–	10,0	–	–
E	–	–	–	–	–	–	30,0	–	–
F	–	–	–	–	–	–	50,0	–	–
G	–	–	–	–	–	–	70,0	–	–
H	–	8.676	–	–	–	8.676	100,0	8.676	–
Total	–	**9.755**	**143**	–	**394**	**10.292**		**8.677**	**1.615**

Composição da Carteira por Atividade e Vencimentos:

	Vencidas	A Vencer				31/12/21
Setor Privado	**A Partir de 15 dias**	**Em até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Total**
Indústria	114	111	416	1.632	–	**2.273**
Comércio	–	35	32	–	–	**67**
Serviços	–	298	1.582	3.533	2.724	**8.137**
P. Físicas	5	26	49	66	5	**151**
Total	**119**	**470**	**2.079**	**5.231**	**2.729**	**10.628**

	Vencidas	A Vencer				30/06/22
Setor Privado	**A Partir de 15 dias**	**Em até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Total**
Indústria	209	131	435	1.366	–	**2.141**
Comércio	–	–	–	–	–	–
Serviços	–	777	1.785	3.280	2.166	**8.008**
P. Físicas	–	24	60	59	–	**143**
Total	**209**	**932**	**2.280**	**4.705**	**2.166**	**10.292**

7. Outros Créditos/Obrigações:

a) Outros créditos - Diversos:	30/06/22	31/12/21
Impostos e contribuições a compensar	457	214
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36	1
Adiantamentos Pagto. por Nossa Conta	–	–
Devedores por depósitos em garantia	201	194
Outros	46	–
Total	**740**	**409**

b) Outras obrigações - Diversas:	30/06/22	31/12/21
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	577	303
Provisão para Contingências Trabalhistas	194	194
Outras	192	161
Total (Curto Prazo)	**963**	**658**

A instituição optou em apurar seus resultados pelo lucro real anual, mediante levantamento mensal de balanços ou balancetes de suspensão ou redução, e no fechamento do período foram calculados e provisionados os valores de MR$ 357 de IR e MR$ 76 de CS, os quais foram liquidados parcialmente a título de antecipação e registrado no ativo na rubrica "impostos e contribuições a compensar". As provisões de férias e 13º salário foram reconhecidas com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os correspondentes encargos sociais e o adicional de um terço. **8. Patrimônio Líquido: Capital:** O capital social da Direção S.A., totalmente integralizado, é representado por 5.600.000.000 (cinco bilhões e seiscentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto nos estatutos, de 25% sobre o lucro líquido do exercício. **Prejuízo do período:** No 1º semestre de 2022, a instituição apurou resultado positivo no montante de MR$ 1.420, estando devidamente evidenciado na DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. **Ações em tesouraria:** Em 30/06/22 a instituição mantinha em tesouraria o montante de MR$ 4.166, referente ações ordinárias adquiridas de acionistas minoritários, estando a disposição para integralização aos acionistas remanescentes ou venda para terceiros, conforme decisão majoritária. **9. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O IR e a CS sobre o Lucro Líquido do período fiscal corrente, conforme as práticas comentadas na Nota 3-m, foram calculados da seguinte forma:

	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	1.777	1.998
Adições temporárias:		
Provisão para Operação de Crédito	109	109
Provisão de Perdas de Crédito	–	–
Provisão de Contingentes Trabalhistas	–	–
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	–	–
Provisão CS	221	–
Exclusões:		
Ajustes de Períodos Anteriores	–	–
Reversão de Provisões (Adições Temporárias)	(634)	(634)
Reversão de Perdas (Adições Temporárias)	–	—
Lucro tributável do Período	**1.473**	**1.473**
IR 15%	221	–
Adicional de 10% sobre o Excedente a R$ 120 mil	135	–
CS Sobre o Lucro 15%	–	221
(–) Recolhimentos por Estimativa	(282)	(175)
Imposto a Recolher	**74**	**46**

As provisões e reversões de créditos de liquidação duvidosa, conforme determinações constantes na Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, registradas no período, foram devidamente adicionadas e excluídas da base de cálculo do imposto. **Estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais:** Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, a Direção S/A implementou e mantém estrutura de gerenciamento contínuo, capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados. Sua estrutura de gerenciamento está suportada pela Diretoria, responsável pela aprovação e revisão periódica da Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital, por assegurar que a estrutura está devidamente implementada e é apropriada para suas atividades, provendo-a com recursos adequados. A operacionalização para as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, citada na resolução supra, teve a sua efetiva prática implantada a partir do primeiro semestre 2018, sendo que os relatórios pertinentes estarão à disposição dos interessados junto à sede da instituição ou em seu sítio (www.direcaosa.com.br), localizado no campo **"Estrutura da Instituição". Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Créditos: 1. Objetivo:** Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, a Direção S/A, instituiu sua política sobre estrutura e gerenciamento do risco de crédito. **Definição de Risco de Crédito:** Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação. **2. Estrutura e Gerenciamento de Risco de Crédito:** A avaliação e o gerenciamento do risco de crédito são realizados pelo Diretor Geral. **Processo de Análise e Concessão de Crédito:** No processo de concessão de crédito, os analistas preparam um relatório de crédito contendo a proposta de crédito e mitigadores de risco (quando aplicáveis), análise econômico-financeira de cada cliente com base em fatores qualitativos e quantitativos, perspectivas de investimentos de investimentos, faturamento estimado, consulta ao Serasa, SCR. Com base nessas informações as propostas são enviadas para o Diretor Geral para o seu parecer final. O controle das garantias está a cargo da área de Análise de Crédito, com a revisão efetuada semestralmente, ou na solicitação de renovação da operação ou pedido de um novo crédito. Na necessidade de garantia adicional na operação, como por exemplo, aval pessoal dos sócios, outros bens e instrumentos financeiros são solicitados aos clientes. **Monitoramento de Crédito:** O monitoramento dos clientes ativos é feito mensalmente pela área responsável, com base nas informações de consultas ao Serasa, SCR, Departamento de Cobrança para acompanhamento dos eventos de inadimplência (análise sobre atrasos, renegociações e acordos para parcelamento e prejuízos), controle sobre limites e demais informações obtidas junto aos clientes, sendo posteriormente reportadas ao Diretor Geral para conhecimento e tomadas de decisão. **Recuperação de Crédito:** Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são segregadas para acompanhamento específico, analisadas caso a caso. Nos casos em que a recuperação de crédito é necessária, a atividade é desenvolvida pelo diretor responsável pela área de Risco de Crédito, em conjunto com o departamento jurídico e as áreas envolvidas no processo. **Classificação de Crédito:** A Direção S/A utiliza na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito, o rating, seguindo as normas estabelecidas na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, que prevê que a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico, cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido ajustado da instituição - nos níveis de risco de que trata o art. 1º da referida Resolução seja revista no mínimo a cada seis meses. **Ouvidoria:** Em cumprimento às determinações contidas na Resolução CMN 4.860, de 23/10/2020, foi implementado por esta instituição financeira, o componente organizacional de "Ouvidoria", com o objetivo de assegurar os direitos relativos aos consumidores, bem como de atuar como canal de comunicação entre esta instituição e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços oferecidos, inclusive na mediação de conflitos. Da mesma forma, está garantido o acesso a todos os clientes e usuários de produtos e serviços ao atendimento da ouvidoria, por meio de canais ágeis e eficazes, disponibilizando serviço de discagem direta gratuita 0800-7744147, e-mail ouvidoria@direcaosa.com.br.

Diretoria

Marcio Elias Bechara - Diretor Geral

José Donisete Garcia Cardoso - Contador 1SP191566/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores e acionistas da **Direção S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.** Santos - SP, Prezados Senhores. Examinamos as demonstrações contábeis da **Direção S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento,** que compreendem o balanço patrimonial em 30/06/22 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Direção S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento,** em 30/06/22, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos: - Estrutura do sistema de controles internos aplicada ao sistema de classificação das operações de crédito e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa; - Gerenciamento de riscos de crédito e posições associados às atividades de crédito da Instituição; - Testes sobre o processo de atribuição de rating; - Ouvidoria; - Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração da **Direção S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento;** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade de Crédito,Financiamento e Investimento a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Carlos, 05/08/2022. **Alberto Francisco Costa -** Contador - CRC-1SP164292/O-0 - Auditor Independente; **Flavio Antonio Garrido -** Contador - CRC-1SP094509/O - Auditor Assistente.

DocuSigned by:
Jornal Diário do Litoral Ltda EPP
Assinado por: JORNAL DIARIO DO LITORAL EIRELI:03131150000122
CPF: 02252091959
Data/Hora da Assinatura: 01/09/2022 17:58:44 BRT
ICP Brasil
F752BCF3C08E4CC89D8DD24FBEE0F556

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário do Litoral em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *http://publicidadelegal.diariodolitoral.com.br*